



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:25

Componente Curricular: MAF2573 - AGROSSILVICULTURA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E FLORESTAIS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: A ciência agrossilvicultura e os sistemas agroflorestais. Histórico da agrossilvicultura. Conceitos de sistemas agroflorestais. Classificação de sistemas agroflorestais. Vantagens e desvantagens dos sistemas agroflorestais. Práticas agroflorestais. Diagnóstico e planejamento de sistemas agroflorestais. Princípios de seleção e espécies para sistemas agroflorestais. Seleção de espécies florestais do semiárido com importância nos sistemas agroflorestais. Análise econômica dos sistemas agroflorestais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2024.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar aos alunos os conceitos e classificação dos sistemas agroflorestais e bem como suas vantagens e desvantagens, os modelos de safes e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) desenvolvidos para a Caatinga e outros biomas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Informações gerais sobre sistemas agroflorestais Definição e classificação Categorias de SAFs quanto a estrutura e potencial de conservação Implantação e Manejo de SAFs Arquitetura e estrutura de SAFs Práticas agroflorestais	15	5
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Falhas observadas e medidas corretivas Viabilidade financeira, Renda familiar e serviços gerados pelos SAFs	15	5

	Bioma Caatinga Árvores da Caatinga de interesse pastoril Sistemas de produção agroflorestais pecuários para regiões semiáridas Integração Lavoura-Pecuária-Floresta ILPF Tecnologias de manejo pastoril da Caatinga		
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 As cadeias de produção agroflorestais SAFs e serviços ecossistêmicos Diagnóstico e Monitoramento na extensão florestal Políticas Públicas para sistemas agroflorestais na caatinga	15	5

Competências e Habilidades

Os sistemas agroflorestais assumem grande importância no cenário florestal e ambiental, pois estes permitem aumentar a produção total simultaneamente, ou de maneira seqüencial, os cultivos florestais, agrícolas e, ou, espécies animais; Os safes buscam o equilíbrio dos recursos naturais, bem como da distribuição de renda ao longo do tempo, e potencializa o efeito dos componentes florestais nos benefícios finais. É de competência da agrossilvicultura otimizar a produção florestal de forma sustentável.

Metodologia

Exposição do conteúdo por meio de aulas teóricas e práticas

Referências Bibliográficas Obrigatórias

. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. . Embrapa Informação Tecnológica#&Embrapa Informação Tecnológica. 2005. ISBN: 85-7383-312-2 (Broch.)

Tavares, Edson Diogo. Da agricultura moderna à agroecológica: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. . EMBRAPA. 2009. ISBN: 978-85-7791-015-1 (Broch.)

. Produção de sementes e mudas: um enfoque à silvicultura. . Ed. UFSM. 2018. ISBN: 978-857391-315-6 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliograficas Complementares

Coelho, Geraldo Ceni. Sistemas agroflorestais . . RiMa Editora. 2012. ISBN: 978-85-7656-243-6 (Broch.)

Gliessman, Stephen R.. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. . UFRGS. 2008. ISBN: 85-7383-312-2 (Broch.)

Primavesi, Ana. Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura. . Nobel. 1997. ISBN: 85-213-0910.4 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 27/11/2024

Aprovado na 10ª Reunião Ordinária do DCAF

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:25

Componente Curricular: MAF2622 - BENS E SERVIÇOS DA CAATINGA

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E FLORESTAIS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: O semi-árido. A caatinga. A apropriação dos recursos naturais. A relação sociedade e natureza e o saber viver no semi-árido. Utilidades da vegetação nativa. Produtos madeireiros e não madeireiros. Usos da caatinga. Serviços ambientais da caatinga. Funções da caatinga no desenvolvimento regional.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar aos alunos aspectos ambientais (físico-biológico e social) do semiárido brasileiro. Compreender a relação das comunidades rurais com a natureza do semiárido, usos e costumes, assim como estudar e analisar a apropriação da natureza pelo homem rural e urbano, em relação a produtos madeireiros e não madeireiros.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	O semiárido. A caatinga. A apropriação dos recursos naturais.	20	0
II	A relação sociedade e natureza e o saber viver no semiárido. Utilidades da vegetação nativa. Produtos madeireiros e não madeireiros.	20	0
III	Usos da caatinga. Serviços ambientais da caatinga. Funções da caatinga no desenvolvimento regional.	20	0

Competências e Habilidades

Analisar a relação entre as comunidades rurais e a natureza no contexto do semiárido, assim como compreender os usos, costumes e interações dessas comunidades com o ambiente. O discente estará apto a estudar e analisar como o homem rural (e urbano) se apropria da natureza, especialmente em relação aos produtos madeireiros e não madeireiros da caatinga.

Metodologia

Recursos didáticos: Exposição do conteúdo por meio de aulas teóricas.

Recursos materiais: Quadro, pincéis e datashow.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BRAGA, R. Plantas do Nordeste. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2001 (Coleção Mossoroense, série C, v.1204).

DRUMMOND, M. A. (coord.). Estratégias para o uso sustentável da biodiversidade da caatinga. Petrolina, PE: EMBRAPA/CPTSA, 2000. 23p.

VELLOSO, A. L., SAMPAIO, E. V. S. B.; PAREYN, F. G. C. Ecorregiões: proposta para o bioma caatinga. Recife: Associação Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental; The Nature Conservancy do Brasil, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares

BIODIVERSITAS. Biodiversidade da caatinga. Anais do Seminário Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Avaliação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade do Bioma Caatinga. p.21-26. 2000.

BRANCO, S. M. Caatinga: a paisagem e o homem. São Paulo: Moderna, 1994.

RODAL, M. J. N.; SAMPAIO, E. V. de S. B.; FIGUEIREDO, M. A. Manual sobre métodos de estudo florístico e fitossociológico: Ecossistema caatinga. Brasília: Sociedade Botânica do Brasil, 1992. 24p.

SÁ, I. B. Bioma caatinga: fatores abióticos. Petrolina: EMBRAPA/CPTSA, 2000. 32p.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 27/11/2024

Aprovado na 10ª Reunião Ordinária do DCAF

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:26

Componente Curricular: MSA2119 - DIREITO AMBIENTAL

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Meio ambiente. Conceito. Competências Ambientais. O meio ambiente na Constituição Federal. Infrações e sanções administrativas. Crimes contra o meio ambiente. Bens ambientais. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Instrumento da Política do Meio Ambiente. Responsabilidade civil e meios processuais para a defesa ambiental. Urbanismo e aspecto jurídico da poluição. Áreas de Preservação Permanente. Direito Ambiental Internacional. Histórico da legislação ambiental e situação atual. Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Sistema Nacional de Meio Ambiente. Políticas Públicas e Meio Ambiente. Bens ambientais. Legislação ambiental aplicada: ar, águas, solos, flora, fauna, patrimônio genético, fontes de energia. Preservação e conservação da natureza.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Refletir sobre uma visão geral do Direito Ambiental, numa abordagem prática e introdutória, conhecendo os principais institutos desse ramo, que serão de grande importância para a formação crítico-reflexiva do discente, aliando conhecimento teórico-prático. Destacar que o problema ambiental atual está associado à necessária gestão da sustentabilidade e impõe o reconhecimento de uma malha complexa de relações entre o socioeconômico e o natural. Sob essa perspectiva mostrar a necessidade de uma economia associada aos problemas ecológicos procurando superar os contextos limitados da economia e da ecologia tradicionais, fazendo interagir tais sistemas com as ciências sociais e com disciplinas afins, como a sociologia ambiental, a filosofia ambiental, a ecoantropologia, as teorias sócio-comunitárias, por exemplo. Apresentar uma ideia geral sobre o Direito Ambiental e seu condicionamento aos fenômenos internacionais. Mostrar as relações interdisciplinares do Direito Ambiental e seus princípios com outros ramos do saber científico. Esclarecer que a base dos problemas ambientais pode ser compreendida através de uma abordagem sociológico-ambiental. Mostrar que a defesa jurídica do ambiente perante a magnitude da influência econômica internacional (nacional) exige, como toda a defesa jurídica de qualquer argumentação, multidisciplinaridade. Constituir uma noção em cada discente da importância da disciplina e seus conceitos práticos para uma boa atuação profissional.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 A crise ambiental e o desenvolvimento sustentável. Princípios ambientais. A proteção constitucional do meio ambiente. A política nacional do meio ambiente. Educação ambiental.	20	0
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Regulação protetiva da fauna. Código Florestal. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Política de recursos hídricos. Política de saneamento básico. Política de mudanças climáticas. Política de resíduos sólidos.	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Combate à poluição. Regulação sobre agrotóxicos. Meio ambiente urbano. A responsabilidade pelos danos ambientais. Processo judicial, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.	20	0

Competências e Habilidades

Conhecer os aspectos interdisciplinares da disciplina, o diálogo com outras áreas do saber científico. Debater criticamente o contexto da legislação ambiental e os problemas de efetividade. Associar os problemas da judicialização das questões ambientais com a crise da política e da gestão ambiental. E, por fim, permitir que o operador do direito possa desempenhar um papel crucial no aperfeiçoamento e na aplicação dos instrumentos de prevenção, monitoramento e repressão dos danos ambientais.

Metodologia

A metodologia será diversificada, com utilização da aula expositiva, e maior ênfase para a técnica de trabalho em grupo, seminários, debates, elaboração e análise de casos de conflitos socioambientais, discussões de textos lidos extraclasse, confecção de trabalhos científicos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco. curso de direito ambiental brasileiro . 21.ed.. Saraiva. 2021. ISBN: 978-65-5559-068-5 (Broch.)

Antunes, Paulo Bessa. Direito ambiental . 22.ed.#\$&rev. atual.. Atlas. 2021. ISBN: 978-85-97-02738-9 (Broch.)

Machado, Paulo Affonso Leme . Direito ambiental brasileiro . 25.ed.#\$&rev. atual. ampl.. Malheiros. 2017. ISBN: 978-85-392-0322-2 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Santos, Marcus Tullius L. F. dos. Direito ambiental e minerário impactos provocados pela mineração de calcário potiguar. . UERN. 2009. ISBN: 978-85-7621-006-1 (Broch.)

Guerra, Sidney. Direito ambiental: legislação. 4.ed.. Lumen Juris. 2010. ISBN: 978-85-375-0817-6 (Broch.)

Steigleder, Annelise Monteiro. Responsabilidade civil ambiental as dimensões do dano ambiental no direito ambiental brasileiro. . Livraria do Advogado Editora. 2004. ISBN: 85-7348-317-2 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 29/11/2024

Aprovado na 8ª Assembleia Ordinária do ano de 2024, realizada no dia 29/11/2024.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:26

Componente Curricular: MSA1876 - DIREITO CONSTITUCIONAL I

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Direito e Constituição. Constitucionalismo. Hermenêutica Constitucional. Poder Constituinte. Constituição: conceito e classificações. Constituição e Ordem Jurídica anterior. Normas Constitucionais e sua eficácia. Constituição Brasileira. Dos princípios fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos Sociais e políticos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

- 1) Conhecer panoramicamente a estrutura e as categorias básicas relacionadas aos assuntos do componente curricular Direito Constitucional I.
- 2) Capacitar os discentes a entenderem a evolução histórica do constitucionalismo, sua importância no contexto da limitação do poder estatal e a defesa dos direitos fundamentais, além de compreender o papel da Constituição enquanto norma fundamental de um Estado.
- 3) Fornecer aos discentes ferramentas para a interpretação das normas constitucionais, abordando os principais métodos hermenêuticos, e enfatizando a importância da hermenêutica no processo de concretização dos direitos e garantias fundamentais.
- 4) Desenvolver nos discentes a capacidade de diferenciar e compreender as diversas categorias de normas presentes na Constituição, suas características e eficácias, bem como a relação da Constituição com a ordem jurídica anterior.
- 5) Propiciar aos discentes uma análise dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição, seus fundamentos, características e aplicação, bem como dos direitos sociais e políticos, entendendo sua evolução histórica e relevância no contexto jurídico-social brasileiro.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas
---------	--------------------	-------------

		Teórico	Prático
I	Introdução ao Direito Constitucional e Constitucionalismo 1) Direito e Constituição: conceitos e relações. 2) Evolução histórica do Constitucionalismo. 3) A Constituição enquanto norma fundamental de um Estado. 4) Hermenêutica Constitucional: introdução e principais métodos interpretativos.	20	0
II	Poder Constituinte e Estrutura da Constituição 1) Poder Constituinte: conceito, tipos e manifestações. 2) Constituição: conceito, classificações e sua relação com a ordem jurídica anterior. 3) Normas Constitucionais: classificação e eficácia. 4) Dos Princípios Fundamentais na Constituição Brasileira.	20	0
III	Direitos, Garantias e Regimes Políticos 1) Direitos e Garantias Fundamentais: conceito, evolução e aplicação. 2) Direitos Sociais: fundamentação, características e aplicação no Brasil. 3) Direitos Políticos: participação popular, elegibilidade e incompatibilidades. 4) Direitos e Garantias individuais e coletivos: análise de casos práticos e jurisprudência relevante.	20	0

Competências e Habilidades

- 1) Capacidade de interpretar, analisar e sintetizar os dispositivos constitucionais, compreendendo sua evolução histórica, suas implicações práticas e sua interação com outras normas jurídicas.
- 2) Desenvolvimento de aptidão para construir e apresentar argumentos jurídicos, fundamentados na Constituição e na jurisprudência relevante, garantindo a defesa coerente dos direitos e garantias fundamentais.
- 3) Capacidade de aplicar diferentes métodos interpretativos no contexto constitucional, compreendendo as particularidades e implicações de cada abordagem na concretização dos direitos.
- 4) Capacidade de relacionar o Direito Constitucional com outras áreas do Direito e disciplinas afins, entendendo o papel central da Constituição no ordenamento jurídico e sua influência nas decisões políticas, sociais e econômicas.
- 5) Aptidão para refletir criticamente sobre o papel da Constituição na sociedade, avaliando seu impacto na defesa dos direitos fundamentais, na limitação do poder estatal e no fortalecimento das instituições democráticas.

Metodologia

As aulas serão ministradas a partir de metodologias diversificadas. Conjuntamente, podem compreender:

- 1) Aula expositiva com slides, quadro negro e pincel.
- 2) Apresentação de seminários.
- 3) Resolução de problemas práticos em sala de aula.
- 4) Elaboração de petições/pareceres.
- 5) Atividades de roleplaying.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2012.
SARLET, Ingo. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2009.
BONAVIDES, Paulo. Do Estado liberal ao Estado social. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
CATTONI, Marcelo. Contribuições para uma teoria crítica da Constituição. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2017.
LIZIERO, Leonam. Estado Federal no Brasil. O federalismo na Constituinte de 1987/1988 e a descentralização pela assimetria. Florianópolis: Editora Modara, 2018.
SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 29/11/2024

Aprovado na 8ª Assembleia Ordinária do ano de 2024, realizada no dia 29/11/2024.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:27

Componente Curricular: MSA1968 - DIREITO DO TRABALHO II

Créditos: 2 créditos

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Introdução ao Direito Coletivo do Trabalho. Regime Jurídico da Organização Sindical brasileira. Negociação Coletiva. Solução de conflitos coletivos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Objetivos:

- apresentar aos discentes a estrutura e as categorias básicas do direito coletivo do trabalho;
- promover reflexões sobre os limites e possibilidades do direito de coletivo do trabalho;
- refletir sobre os desafios da doutrina, jurisprudência e legislação para a materialização do direito coletivo do trabalho.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Direito Coletivo aspectos gerais Conflitos Coletivos de Trabalho e sua resolução Autonomia do direito coletivo do trabalho Princípios Especiais de Direito Coletivo do Trabalho	10	0
II	Direito Coletivo e Sindicato Negociação Coletiva	10	0
III	Greve no direito coletivo. Arbitragem e mediação no direito coletivo	10	0

Competências e Habilidades

Ao final da disciplina o discente deverá:

1. Possuir os meios necessários para reconhecimento, interpretação e aplicação dos princípios, das normas constitucionais e infraconstitucionais que apresentam maior relevância para o profissional, notadamente o conhecimento do regramento do Direito Coletivo do trabalho;
2. Ser capaz de solucionar problemas concretos, correlatos e que envolvam – em especial – análise crítica sobre as relações ao direito coletivo do trabalho;
3. Compreender a sistemática de direito coletivo do trabalho e seus desdobramentos diante dos dilemas contemporâneos.

Metodologia

As aulas serão ministradas de forma expositiva, com a possibilidade de ser alternada com seminários e resolução de problemas práticos em sala de aula. Poderá haver atividades voltadas à prática como debates, negociações simuladas e palestra de pessoas que laboram na área prática.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. São Paulo: Método, 2024.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. Salvador: JusPodivm, 2024.

MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2024.

Referências Bibliográficas Complementares

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Direito Sindical. São Paulo: LTr, 2024.

FREITAS, Cláudio. Direito Coletivo do Trabalho. Salvador: Juspodivm, 2024.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso De Direito Do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2024.

MASSONI, Túlio; COLUMBU, Francesca. Sindicatos e autonomia privada coletiva: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Almedina, 2018.

MELO, Raimundo Simão de. A greve no direito brasileiro. São Paulo: LTr, 2024.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 29/11/2024

Aprovado na 8ª Assembleia Ordinária do ano de 2024, realizada no dia 29/11/2024.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:27

Componente Curricular: ACS0923 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender aspectos normativos da fase cognitiva do processo civil no que diz respeito ao procedimento comum;
 Analisar as especificidades das diversas espécies de tutela provisória;
 Conhecer as modalidades e formalidades das audiências cíveis de conciliação, mediação e de instrução e julgamento;
 Identificar os requisitos para adequada formulação da petição inicial e da resposta do réu, bem como os efeitos de suas irregularidades;
 Examinar as formas de saneamento do processo;
 Dominar os elementos básicos sobre a produção de provas cíveis;
 Explicar os elementos da sentença e consequentes efeitos da coisa julgada;
 Demonstrar o modo de tramitação, tipos de incidentes e ações originárias em sede de processo nos tribunais;
 Reconhecer os princípios recursais e sua aplicabilidade nos diversos recursos cíveis, diferenciando-os de outras formas de impugnação de decisões judiciais.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópico da Ementa: "Do processo e do procedimento. Da tutela antecipada". Conteúdo: Tutela provisória, Tutela de Urgência, Tutela da Evidência, Tutela Cautelar, Tutela Antecipada, Liminares, Procedimento da Tutela Antecedente e Incidente, Competência, Eficácia, Cumprimento, Responsabilidade. Tópico da Ementa: "Do procedimento ordinário: petição inicial". Conteúdo: Requisitos da Petição Inicial, Pedido, Indeferimento da Petição Inicial,	20	0

	<p>Improcedência Liminar do Pedido.</p> <p>Tópico da Ementa: "Reposta do réu; revelia; saneamento do processo". Conteúdo: Contestação, Reconvenção, Revelia, Providências Preliminares e Saneamento, Não Incidência dos Efeitos da Revelia, Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor, Alegações do Réu.</p>		
II	<p>Tópico da Ementa: "Da prova; da audiência". Conteúdo: Audiência de Conciliação ou de Mediação, Audiência de Instrução e Julgamento, Provas, Produção Antecipada da Prova, Ata Notarial, Depoimento Pessoal, Confissão, Exibição de Documento ou Coisa, Força probante dos documentos, Arguição de falsidade, Produção da prova documental, Documentos Eletrônicos, Prova Testemunhal, Admissibilidade e valor da prova testemunhal, Produção da prova testemunhal, Prova Pericial, Inspeção Judicial.</p> <p>Tópico da Ementa: "Da sentença e da coisa julgada". Conteúdo: Julgamento conforme o estado do processo, Extinção do processo, Julgamento antecipado do mérito, Julgamento antecipado parcial do mérito, Saneamento e Organização do Processo, Sentença e Coisa Julgada, Elementos e Efeitos da Sentença, Remessa Necessária, Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa, Coisa Julgada, Liquidação de Sentença.</p> <p>Tópico da Ementa: "Processo nos tribunais". Conteúdo: Ordem dos processos nos tribunais e os processos de competência originária dos tribunais, Incidente de Assunção de Competência, Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade, Conflito de Competência.</p> <p>Tópico da Ementa: "Processo nos tribunais. Ação rescisória". Conteúdo: Homologação de Decisão Estrangeira e da Concessão do Exequatur à Carta Rogatória, Ação Rescisória, Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Reclamação.</p>	20	0
III	<p>Tópico da ementa: "Recursos". Conteúdo: Recursos, Sucedâneos recursais, classificação dos recursos, efeitos recursais, princípios recursais, juízo de admissibilidade e de mérito.</p> <p>Tópico da ementa: "Recursos". Conteúdo: Recurso Ordinário, Recurso Extraordinário, Recurso Especial.</p> <p>Tópico da ementa: "Recursos". Conteúdo: Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos, Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.</p>	20	0

Competências e Habilidades

Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de

processos, atos e procedimentos; e

Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.

Metodologia

Metodologias de Ensino: RECURSOS TÉCNICOS E DIDÁTICOS
Exposições dialogadas de conteúdos jurídico-processuais com uso de slides e quadro branco;
Consulta à legislação, doutrina e jurisprudência em livros e pela Internet;
Visita ao fórum para participar de audiências judiciais;
Vivências no NPJ/UFERSA;
Resolução de questões;
Análise de peças jurídicas e provimentos judiciais.

Metodologias de Avaliação:
Prova escrita individual: questões objetivas e/ou dissertativas;
Participação em audiências judiciais cíveis;
Autoavaliação do estudante;
Elaboração de peça jurídica;
Construção de mapas mentais; e
Fichamentos.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Didier Júnior, Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 19.ed. rev., ampl. e atual.. Juspodivm. 2017. ISBN: 978-85-7761711-4 (Enc.)

Didier Júnior, Fredie. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória. 12.ed. rev., ampl. e atual.. Juspodivm. 2016. ISBN: 978-85-442-1005-2 (Broch.)

Neves, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil . 9.ed. rev. e atual.. JusPODIVM. 2017. ISBN: 978-85-442-0990-5 (Enc.)

Referências Bibliográficas Complementares

Bueno, Cassio Scarpinella. Manual de direito processual civil . 3.ed.. Saraiva. 2017. ISBN: 978-85-472-1458-6 (Broch.)

Câmara, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro . 3.ed. rev., atual e ampl.. Atlas. 2017. ISBN: 978-85-97-00967-5 (Broch.)

Didier Júnior, Fredie. Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 14.ed. rev. atual e ampl.. Juspodivm. 2017. ISBN: 978-85-442-1011-6 (Encad.)

Nery Junior, Nelson. Código de processo civil comentado. 17.ed.. Revista dos Tribunais. 2018. ISBN: 978-85-549-4732-3 (Broch.)

Theodoro Júnior, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento e procedimento comum. 58.ed.. Forense. 2017. ISBN: 978-85-309-7322-3 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 29/11/2024

Aprovado na 8ª Assembleia Ordinária do ano de 2024, realizada no dia 29/11/2024.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:27

Componente Curricular: MSA1918 - DIREITOS HUMANOS

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa:

Resgate histórico da afirmação dos direitos humanos e referências teóricas do discurso dos direitos humanos. Perspectivas acerca dos direitos humanos: pensamentos tradicional e crítico. Conteúdo, dimensões e interdependência dos direitos humanos: direitos civis e políticos, direitos sociais, econômicos e culturais, direitos difusos e coletivos. Status jurídico e características dos direitos humanos na ordem jurídica internacional e no ordenamento nacional. Proteção internacional dos direitos humanos. Direitos humanos no Brasil: normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção dos direitos humanos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1. Compreender as referências teóricas sobre o discurso em Direitos Humanos
2. Desenvolver habilidades de pensamento crítico sobre os desafios da luta por Direitos Humanos na realidade brasileira e internacional
3. Compreender o status jurídico dos Direitos Humanos no ordenamento jurídico nacional e em sua dimensão internacional
4. Desenvolver o pensamento crítico a partir do contato com casos concretos de violações de Direitos Humanos e sua relação com as estruturas jurídicas
5. Compreender o debate sobre Direitos Humanos sob uma perspectiva antirracista, anticapacitista e a partir do olhar das teorias de gênero

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Resgate histórico da afirmação dos direitos humanos e referências teóricas do	20	0

	discurso dos direitos humanos. Perspectivas acerca dos direitos humanos: pensamentos tradicional e crítico. Realização da Avaliação I		
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Conteúdo, dimensões e interdependência dos direitos humanos: direitos civis e políticos, direitos sociais, econômicos e culturais, direitos difusos e coletivos. Reflexão sobre casos concretos de violação em Direitos Humanos. Debate e reflexão sobre Direitos Humanos a partir dos Movimentos Sociais. Realização da Avaliação II	20	0
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Status jurídico e características dos direitos humanos na ordem jurídica internacional e no ordenamento nacional. Proteção internacional dos direitos humanos. Direitos humanos no Brasil: normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção dos direitos humanos. Realização da Avaliação III	20	0

Competências e Habilidades

A disciplina tem como objetivo desenvolver as competências e habilidades estabelecidas pelo PPC do curso, que está em consonância com o estabelecido pelo art. 4º da Resolução MEC/CNE/CES n. 005/2018 onde estabelecem-se 14 itens mínimos que devem ser alcançados por todas os bacharelados jurídicos no Brasil. Adicionalmente, espera-se que a componente seja eficaz em estabelecer relações entre a aplicação dos Direitos Humanos sob uma perspectiva crítica, inclusiva, antirracista e que promova a igualdade de gênero. É esperado que ao fim da disciplina, as pessoas que nela estejam inscritas, sejam sensibilizadas para uma prática jurídica orientada pelos Direitos Humanos, ao mesmo tempo que sejam sensibilizadas diante dos desafios que esse campo carrega em uma sociedade profundamente desigual.

Metodologia

A disciplina busca mobilizar metodologias ativas de avaliação, que se desenvolvam de forma contínua e participativa, envolvendo uma variedade de procedimentos que alcancem o intuito da disciplina de formular criticamente sobre os Direitos Humanos, articulando os aspectos do ensino atrelados à pesquisa e a extensão e almejando o cumprimento de seus objetivos. Entre essas ferramentas, podemos destacar a utilização de aulas expositivas e dialogadas, a formulação de seminários, o contato com casos concretos e articulações com defensoras e defensores de Direitos Humanos, movimentos sociais e pessoas que integram a rede de promoção de garantias fundamentais.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FLORES, Joaquin Herrera. Teoria Crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009
SOUZA JUNIOR, José Geraldo de. Direito como liberdade: o Direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2011.
TRINDADE, José Damião. História Social dos Direitos Humanos. São Paulo: Petrópolis, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

Referencias Bibliográficas Complementares

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. Traduzido por Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
OLIVEIRA, Luciano. Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura. São Paulo: Brasiliense, 2009.
TOSI, Giuseppe. História conceitual dos direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (org.). Direitos Humanos: história, teoria e prática. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 29/11/2024

Aprovado na 8ª Assembleia Ordinária do ano de 2024, realizada no dia 29/11/2024.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:27

Componente Curricular: MAF2635 - GEOTECNOLOGIA APLICADA À ENGENHARIA FLORESTAL

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E FLORESTAIS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Sistema de Navegação Global por Satélite (GNSS). Gerenciamento e edição de dados em SIG. Mapas temáticos. Análises espaciais. Uso e aplicação de geotecnologias na área florestal.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2024.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Introduzir os fundamentos das geotecnologias compreendidas pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS), Sensoriamento Remoto, Sistema de Informações Geográficas (SIG) e outras tecnologias atuais como instrumentos de geração e manipulação de dados espaciais para estudos de objetos e fenômenos terrestres, mostrando suas aplicações na área florestal.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	1. Sistema de Navegação Global por Satélite (GNSS) 1.1. Introdução e fundamentos da navegação por satélite 1.2. GNSS em operação 1.3. Operação de GPS de navegação e topográfico 1.4. Georreferenciamento 2. Gerenciamento e edição de dados em SIG 2.1. Organização de dados geográficos em SIG 2.2. Conversão de dados matriciais e vetoriais 2.3. Gerenciamento de tabelas de atributos 2.4. Métodos de consulta e seleção de dados 2.5. Edição de dados geográficos	10	10
II	3. Mapas temáticos 3.1. Introdução aos mapas	10	10

	3.2. Edição da simbologia das camadas de dados geográficos: raster e vetorial 3.3. Escala, orientação e legenda de um mapa 3.4. Criação de layout de um mapa 3.5. Exportação do mapa 4. Análises espaciais 4.1. Introdução a análise espacial 4.2. Tipos de análises espaciais 4.3. Análises espaciais com dados vetoriais 4.4. Análises espaciais com raster		
III	5. Uso e aplicação de geotecnologias na área florestal	10	10

Competências e Habilidades

Compreender e estar familiarizado com as geotecnologias, para realizar análises espaciais, automatizar tarefas repetitivas e integrar diversos conjuntos de dados. Essa habilidade permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos ambientais que estão sendo estudados. Além disso, o profissional estará comprometido com o desenvolvimento social e econômico, sendo capaz de lidar com atividades relacionadas à produção, aquisição, armazenamento, análise, disseminação e gerenciamento de informações espaciais ligadas ao ambiente e aos recursos terrestres. Tudo isso é feito com respeito aos valores éticos, morais, culturais, sociais e ambientais.

Metodologia

Recursos didáticos: Exposição do conteúdo por meio de aulas teóricas. Aulas práticas em laboratório de informática.

Recursos materiais: Quadro, pincéis, datashow e equipamento de informática e de outros tipos (GPS, Drone, celular).

Referências Bibliográficas Obrigatórias

FITZ, P. R. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 160p.
NOVO, E. M. L. de M. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 4.ed. rev. São Paulo: Blucher, 2010. 387p.
SILVA, J. X. da; Z Aidan, R. T. Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 363p.

Referências Bibliográficas Complementares

BIELINKI, C. Jr.; BARBASSA, A. P. Geoprocessamento e recursos hídricos: aplicações práticas. São Carlos: EduFSCar, 2014. 257p.
FLORENZANO, T. G. Iniciação em sensoriamento remoto. 3.ed. ampl. e atual. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 128p.
LANG, S.; BLASCHKE, T. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 423p.
MOREIRA, M. A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. 4.ed. atual. e ampl. Viçosa: Ed. UFV, 2011. 422p.
PONZONI, F. J. Sensoriamento remoto da vegetação. 2.ed. atual. amp. São Paulo: Oficina de textos, 2012. 176p.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 27/11/2024

Aprovado na 10ª Reunião Ordinária do DCAF

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:28

Componente Curricular: MSA1883 - HISTÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO

Créditos: 2 créditos

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: História e Constituição. A Constituição na Antiguidade. A Constituição Medieval. O conceito moderno de Constituição. A doutrina do constitucionalismo. Lei Fundamental e Constituição. Soberania. Separação dos Poderes. Poder Constituinte. Democracia, Estado e experiências constitucionais no cone sul.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

O objetivo central da disciplina é promover uma problematização sobre a ideia de Constitucionalismo, que incorpore práticas e experiências a partir do contexto latinoamericano.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	História e Constituição. A Constituição na Antiguidade. A Constituição medieval	0	10
II	O conceito moderno de Constituição. A doutrina do Constitucionalismo. Lei Fundamental e Constituição. Soberania.	0	10
III	Separação dos Poderes. Poder Constituinte. Democracia, Estado e experiências constitucionais no cone sul	0	10

Competências e Habilidades

Espera-se que as(os) discentes adquiriam competências e habilidades para problematizar a história constitucional dentro da tríade contexto, texto e usos da Constituição no tempo para destacar que o constitucionalismo envolve uma prática que se constrói historicamente e que se consolida diante de mediações temporais entre os estratos do tempo passado, presente e futuro.

Metodologia

A disciplina se organiza a partir de aulas expositivas e aulas práticas com análise de fontes históricas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

MOHNHAUPT, Heinz; GRIMM, Dieter. Constituição: História do conceito desde a Antiguidade até nossos dias. Belo Horizonte: Tempus, 2012.

NEGRI, Antônio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PAIXÃO, Cristiano; BIGLIAZZI, Renato. História constitucional inglesa e norteamericana: do surgimento à estabilização da forma constitucional. Brasília: FINATEC, UnB, 2011.

Referências Bibliográficas Complementares

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian Cristina Bernardo; MARONA, Marjorie Corrêa; DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. (Orgs.). O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FIORAVANTI, Maurizio. Constitución: de la Antigüedad a nuestros días. Madrid: MinimaTrotta, 2011.

GRIMM, Dieter. Constituição e Política. Belo Horizonte: DelRey, 2006.

PILATTI, Adriano. A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

ZAGREBELSKY, Gustavo. Historia y Constitución. Madrid: Minima Trotta, 2011.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 29/11/2024

Aprovado na 8ª Assembleia Ordinária do ano de 2024, realizada no dia 29/11/2024.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 23/01/2025 16:28

Componente Curricular: MAF2591 - RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR

Créditos: 3 créditos

Carga Horária: 45 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS E FLORESTAIS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: As principais funções dos corpos d'água e os mecanismos de sua degradação. Características e importância da mata ciliar. Recuperação de florestas ciliares. A importância de programas de revegetação ciliar e as perspectivas da ecologia de restauração. Legislação federal.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2023.2

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Explorar as funções primordiais dos corpos d'água e os processos que resultam em sua degradação. Analisar as características essenciais e a relevância das matas ciliares. Estudar métodos de recuperação de florestas ciliares, incluindo a importância de programas de revegetação e as perspectivas da ecologia de restauração. Analisar a legislação federal relacionada a essas áreas e sua aplicação prática.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	As principais funções dos corpos d'água e os mecanismos de sua degradação. Características e importância da mata ciliar.	15	0
II	Recuperação de florestas ciliares: objetivos. Recuperação de florestas ciliares: técnicas.	15	0
III	A importância de programas de revegetação ciliar. As perspectivas da ecologia de restauração. Legislação federal.	15	0

Competências e Habilidades

Essa formação visa desenvolver competências analíticas para compreender as funções primordiais dos corpos d'água e identificar os processos que resultam em sua degradação. Além disso, busca-se o entendimento aprofundado das características e relevância das matas ciliares, bem como a capacidade de aplicar técnicas

de recuperação dessas florestas, incluindo a prática de programas de revegetação ciliar. A habilidade de compreender e aplicar os princípios da ecologia de restauração é essencial, permitindo a visão crítica e a integração de conhecimentos para a preservação desses ecossistemas. Também se espera o domínio sobre a legislação federal pertinente, capacitando a tomada de decisões informadas e a comunicação eficaz sobre esses temas, seja para públicos especializados ou não.

Metodologia

Recursos didáticos: Exposição do conteúdo por meio de aulas teóricas.

Recursos materiais: Quadro, pincéis e datashow.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

GALVÃO, A. P. M.; PORFÍRIO DA SILVA, V. Restauração florestal: fundamentos e estudos de caso. Colombo: Embrapa Florestas, 2005. 139p.

MARTINS, S. V. Recuperação de Matas Ciliares. 2ª Ed. Viçosa: Aprenda Fácil Editora. 2007.

RODRIGUES, R. R.; LEITÃO FILHO, H. F. Matas ciliares: conservação e recuperação. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001. 320p.

Referências Bibliográficas Complementares

BALENSIEFFER, M. (Ed.). I Simpósio Nacional sobre Recuperação de Áreas Degradadas. Anais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992. 520p.

DIAS, L. E.; MELLO, J. W. V. (Eds.). Recuperação de Áreas Degradadas. Viçosa: Editora Folha de Viçosa Ltda. 1998. 251p

ESTEVES, F. A. (Ed.). Oecologia Brasiliensis. Vol I: Estrutura, Funcionamento e Manejo de Ecossistemas Brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ. 1995, p.459-467.

KAGEYAMA, P. Y. Recomposição da vegetação com espécies arbóreas nativas em reservatórios de usinas hidroelétricas da CESP. Piracicaba: Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais. Série Técnica IPEF, v.8, n.25.1992. 43p.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 27/11/2024

Aprovado na 10ª Reunião Ordinária do DCAF

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse

https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 14/03/2025 09:18

Componente Curricular: ACS0783 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Créditos: 4 créditos

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Planejamento e Alinhamento estratégico da TI Governança da TI
 Decisão de Terceirização da TI Gestão da Segurança em Informação
 Gerenciamento do Valor da TI Investimentos em TI Riscos da TI
 Tópicos atuais em TI.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Ano-Período: 2024.1

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Proporcionar o acesso ao conhecimento das funções da gestão da TI em organizações, por meio dos principais desafios atuais para os profissionais da área;
 Gerar a compreensão da importância da TI nas organizações modernas, baseadas em processos, onde a TI é o componente de interligação entre as operações das empresas;
 Despertar o senso crítico em relação às tecnologias vigentes e a real necessidade de sua utilização de acordo com o modelo de negócio de cada organização.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas	
		Teórico	Prático
I	Introdução Planejamento e alinhamento Estratégico da TI; Terceirização da TI; Gestão da Segurança em Informação.	20	0
II	Governança da TI Gerenciamento do Valor da TI; Investimentos em TI; Riscos da TI.	20	0

III	Tópicos Atuais em TI Temas atuais em tecnologia da informação.	20	0
------------	---	-----------	----------

Competências e Habilidades

Tendo como base a Resolução CNE/CES nº 04/2005, Art. 4º, o curso de Administração da UFERSA deve propiciar oportunidades para que o formando tenha as seguintes competências e habilidades:

- I - reconhecer, definir e buscar soluções para os problemas organizacionais, de forma ética, crítica e reflexiva;
- II - pensar estratégica e sistemicamente, em nível local, regional, nacional e internacional; considerando as dimensões políticas, econômicas, ambientais e culturais;
- III - comunicar-se e expressar-se de maneira compatível com o exercício profissional;
- IV - raciocinar de forma lógica, criativa e analítica para atuar criticamente na esfera organizacional;
- V - operar com valores e formulações matemáticas auxiliando no processo de tomada de decisões;
- VI - iniciativa política, administrativa e de aprendizagem, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional, em conformidade com o Código de Ética dos Profissionais de Administração (Conselho Federal de Administração - CFA);
- VII - capacidade de articular conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável e flexível;
- VIII - capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações, consultoria em gestão, pareceres e perícias administrativas.

Metodologia

Aulas expositivas, seminários, sala de aula invertida, avaliações continuadas, resenhas críticas, uso de IA para aumento de produtividade.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

- LAUDON, K.; LAUDON, P. Sistemas de informação gerenciais. 17.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2023.
- TURBAN, Efraim. Tecnologia da informação para gestão: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. 8.ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- TURBAN, Efraim et al. Tecnologia da informação para gestão: transformando os negócios na economia digital. Porto Alegre: Bookman, 2020.

Referências Bibliográficas Complementares

- CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. Gestão de iniciativas de e-business: casos e estratégias de sucesso. São Paulo: Atlas, 2021.
- TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio. Nova Fronteira, 2019.
- TURBAN, Efraim et al. Business intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio. Porto Alegre: Bookman, 2020.
- BISSO, Aluísio; PAIM, Rodrigo. Blockchain: a revolução industrial da internet. Porto Alegre: Bookman, 2022.
- FERREIRA, Maurício. Cybersecurity: guia completo para proteção de sistemas e redes. São Paulo: Novatec, 2021.
- BOLZANI, Carlos Alberto. ITIL 4 Fundamentos: O Guia Definitivo para o ITIL 4.0. São Paulo: Brasport, 2023.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 07/02/2025

Aprovado na 2ª Assembleia Ordinária do DCSA de 2025, realizada em 07/02/2025.

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação